



Teologia Brasileira

Nº 86 | 2021 ISSN 2238-0388

Teologia brasileira, uma produção
de Edições Vida Nova 2

Editorial 3

A nova, instigante e controversa perspectiva paulina:
um ensaio sobre a “nova perspectiva em Paulo”
e seus desdobramentos na teologia
contemporânea 4
Tiago Rossi Marques

“Alegra-te, coração; teu Senhor ressuscitou” 22
John Webster

A estrutura pactual da doutrina da perseverança
dos santos 29
Isaias Lobão Pereira Júnior

Qual o momento do batismo com o
Espírito Santo? 35
Thiago Vieira

Lançamentos 42

Teologia brasileira, uma produção de Edições Vida Nova

A Revista Teologia Brasileira tem o objetivo de proporcionar um espaço para discussão e produção de teologia que seja bíblica, confessional, relevante, sensível e aberta ao diálogo sobre temas que contemplem a realidade de nosso país. Para isso, contamos com o apoio de uma equipe que, em contato com pesquisadores, pastores, mestres e escritores, torna possível a veiculação de conteúdo que estimule a reflexão bíblica e teológica.

Corpo editorial

Editor responsável:

Franklin Ferreira

Coordenador de produção:

Sérgio Siqueira Moura

Revisão:

Josiane de Almeida e Jonathan Silveira

Contato:

teologiabrasileira@vidanova.com.br

Editorial

Já está disponível mais uma edição da revista Teologia Brasileira! Nesta edição, apresentamos um ensaio de Tiago Rossi Marques sobre a teologia da nova perspectiva em Paulo (NPP). Tiago faz uma análise minuciosa sobre as origens, pensamento e implicações da NPP, trazendo ao debate James Dunn, N. T. Wright, John Piper, entre outros.

Também apresentamos um belo artigo de John Webster sobre a realidade da ressurreição de Cristo. A ressurreição de Jesus nos confere novidade de vida e nos garante que um dia ressuscitaremos em glória. A ressurreição significa que Jesus vive, que ele é presente, radiante, eloquente, que ele governa e é o doador da vida.

Isaias Lobão, por sua vez, escreve sobre a doutrina da perseverança dos santos. Isaias nos mostra como o Espírito Santo nos convence do pecado, nos compelindo ao arrependimento e, assim, nos auxiliando no processo de santificação.

Por fim, Thiago Vieira nos apresenta uma reflexão sobre o batismo com o Espírito Santo. Analisando diversas passagens do livro de Atos, Thiago nos mostra que na verdade todos os cristãos são batizados com o Espírito e que o dom de línguas não é uma condição para esse batismo.

No vídeo desta edição, Jonas Madureira fala sobre o Espírito Santo e seu importantíssimo papel na criação do universo e na história da redenção.

Boa leitura!



A nova, instigante e controversa perspectiva paulina: um ensaio sobre a “nova perspectiva em Paulo” e seus desdobramentos na teologia contemporânea

Tiago Rossi Marques



Pompeo Giralamo Batoni (1708-1787), São Paulo, Basilidon Park, The National Trust, Reino Unido

INTRODUÇÃO

Colocar-se diante da teologia paulina é uma tarefa que, ao mesmo tempo, nos provoca admiração e contentamento, assim como também demanda de seu leitor profunda reverência e extenso labor. Deste modo, aquele que se ocupa ao estudo dos escritos de Paulo, já assimilou, antes de tudo, a vasta contribuição do apóstolo para com a tradição cristã desde seus primórdios até a sua forma mais contemporânea e derradeira.

Udo Schnelle (2010)¹ aponta-nos o fato de Paulo ser talvez o teólogo de maior proeminência na geração dos escritores do século I. Para Schnelle (2010, p.17), “cada geração do cristianismo necessita de uma nova abordagem

¹SCHNELLE, Udo. *Paulo: vida e pensamento*. Academia Cristã. São Paulo: Paulus, 2010.

do apóstolo Paulo, sua vida e suas cartas”, sendo assim crucial a retomada dos estudos da teologia paulina de tempos em tempos devido sua riqueza e preciosidade. Ler Paulo é se colocar diante de uma fonte constante de ensino sobre a fé cristã, as boas novas do evangelho de Cristo Jesus, as relações entre a fé cristã e a fé judaica, assim como os frutos e efeitos dos princípios evangélicos sobre a vida de piedade e seu contexto eclesial.

Do ponto de vista do trato para com Paulo e sua teologia, a necessidade de retorno ao estudo paulino tem se mostrado evidente ao longo do tempo na medida em que novas tendências interpretativas e explicativas da teologia paulina² — algumas destas já em franco declínio, como no caso do liberalismo teológico aplicado aos escritos apostólicos no século passado — são apresentadas regularmente pela academia teológica no ocidente. Dentre estas novas tendências, destacamos nesse ensaio aquela cuja raiz se estabelece na teologia de Albert Schweitzer, no início do século XX, em seus escritos referentes ao ensino paulino sobre o “estar em Cristo”, nas propostas de Krister Stendahl (1977) mediante o texto *Paul and the Palestinian Judaism* e ampliado por James Dunn (1982) com o aprimoramento do argumento de Stendahl em *The New Perspective on Paul*. Por fim, estende-se até as abordagens de N. T. Wright no final do século XX (1997) por meio do texto *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?* (JOHNSON, 2004).³

Esta nova proposta introduz uma “Nova Perspectiva” acerca de alguns importantes temas como a “justificação”, a “lei e graça” e as “obras da Lei”, todos presentes na teologia paulina como expostas na epístola aos Romanos e na epístola aos Gálatas, majoritariamente. Tal abordagem tem sido nomeada de “Nova Perspectiva sobre Paulo” (NPP), “Nova Perspectiva em Paulo”, ou como a “Teologia da Nova Perspectiva”

²Dentre as mais recentes, destacamos os estudos da teologia paulina na reconsideração da “graça” sob a ótica histórica e antropológica do “dom”, em diálogo com os escritos no período do Segundo Templo, e a reavaliação da teologia de Paulo, tanto em Gálatas quanto em Romanos, do “evento Cristo” enquanto “dádiva” (dom). Ver: BARCLAY, John M. G. *Paulo e o Dom*. 1ª ed., São Paulo: Paulus, 2018.

³JOHNSON, Phil. *A velha perspectiva sobre Paulo: uma introdução crítica de “O que São Paulo realmente disse”*. 2004. Disponível em: https://www.gty.org/files/pdf/PA451152_08.pdf.

(TNP) por James Dunn (2011)⁴ desde o ano de 1982 em uma conferência intitulada de “T. W. Manson Memorial Lecture”, realizada na Universidade de Manchester.

Souza (2012, p. 1)⁵ aponta-nos que “nesta nova abordagem, a carta de Paulo aos Gálatas, bem como Romanos, passa por outra investigação histórica e exame do comportamento teológico dos judeus do primeiro século da Era Cristã”. Nesse sentido, esta “Nova Perspectiva” expõe-nos uma teologia paulina que, na realidade, debatia o posicionamento e a relação entre gentios e judeus na igreja cristã do primeiro século ao invés de ser uma aguerrida contestação às “obras da Lei”, à “autojustificação” e ao “legalismo” judaico.

Ao assim proceder, a NPP busca reinterpretar Paulo afirmando o equívoco interpretativo por parte do protestantismo reformado tradicional. Na realidade, este equívoco hermenêutico já estaria presente desde Santo Agostinho, um importante pai da igreja cristã dos primeiros séculos, perpetuando-se nos movimentos da Reforma Protestante no século XVI, especificamente pautados na compreensão particular de Lutero sobre a “justificação pela fé” e as “obras da Lei”. Tais compreensões estariam influenciadas por suas “angústias subjetivas” em relação aos desvios doutrinários do Catolicismo Romano com ambas as doutrinas (STENDAHL, 1963).⁶

Deste modo, os proponentes desta “Nova Perspectiva” rejeitam esta concepção de que o universo religioso judaico, como descrito por Paulo em Gálatas, era um universo legalista em constante busca por justificação mediante as “obras da Lei”. Dunn (2011, p.55) irá argumentar afirmando que:

(...) “em um aspecto mais amplo, ‘obras da Lei’ era a preocupação em preservar o caráter distinto e separado de Israel em relação às (outras) nações, e que esse aspecto tem sido, mas não deveria ser, ignorado em nossas tentativas de explicar a formulação-chave de Paulo: ‘uma pessoa é justificada pela fé, sem as [separadamente das] obras da Lei’ (Rm 3.28).”

⁴DUNN, James D. G. *A nova perspectiva sobre Paulo*. Santo André: Academia Cristã; São Paulo, 2011.

⁵SOUZA, Gaspar de. *Introdução à nova perspectiva paulina: um ensaio*. Revista Teologia Brasileira, v. 11, p. 1, 2012.

⁶STENDAHL, Krister. *The Apostle Paul and the Introspective Conscience of the West*. The Harvard Theological Review, vol 56, No. 3, p. 199-215, 1963.

Por conseguinte, como demonstra-nos Leite (2014)⁷, a “Lei” em Gálatas não estava relacionada com a questão soteriológica em si. Antes, “era muito mais uma forma de identificação, de delimitação de fronteiras para o povo de Israel, dentre as quais se destacam as **regras alimentares, a guarda do sábado, as festas judaicas e a circuncisão**” (LEITE, 2014, p. 38, grifo nosso).

Ademais, este novo arcabouço interpretativo criticaria aquele entendimento fundamental da teologia reformada histórica e tradicional quanto às questões soteriológicas ligadas à teologia de Paulo acerca da matéria da “justificação pela fé” — doutrina esta descrita por Lutero como “o artigo pelo qual a igreja permanece de pé ou cai” (BAYER, 2007, p. 71).⁸ James Dunn (2011, p.54-55)⁹ procura esclarecer este posicionamento quando afirma:

“Desde o início, minha preocupação tem sido sempre não agredir ou negar a doutrina cristã clássica da justificação pela fé. Minha preocupação tem sido sempre que a doutrina da justificação, da forma em que foi redescoberta (ou reafirmada) por Lutero e elaborada consistentemente no âmbito do protestantismo, negligenciou aspectos importantes, particularmente da formulação paulina original no contexto de sua missão. No meu ensaio ‘Justice of God’ [Justiça de Deus] protesto contra a conclusão da interpretação tradicional de que Paulo teria afirmado sua doutrina contra um legalismo judaico degenerado. Aponto para o fato de que o ensinamento paulino sobre a justificação é uma expressão de sua missão aos gentios e representa um protesto contra a presunção e o desdém nacionais ou étnicos em relação às (outras) nações; daí a ênfase inicial e efetivamente central da carta aos Romanos, que afirma que o evangelho é ‘para todas as pessoas que creem, judeus primeiro, mas também gregos’ (Rm 1.16).”

⁷LEITE, Francisco Benedito. *A epístola aos Gálatas e a nova perspectiva sobre Paulo: para compreender a discussão paulina*. Revista Kerygma. Engenheiro Coelho, SP, volume 9, número 1, p. 33-45, 2014.

⁸BAYER, Oswald. *A teologia de Martin Lutero: uma atualização*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

⁹DUNN, James D. G. *A nova perspectiva sobre Paulo*. Santo André: Academia Cristã; São Paulo, 2011.

Em vista disso, outro ponto a ser levantado seria aquele referente à epístola aos Gálatas. Segundo Lopes (2006, p. 87)¹⁰, Gálatas se estabelecerá como “a carta-chave de todo esse debate” no qual se busca propor uma revisão e uma reinterpretação doutrinária da abordagem tradicional, mediante a influência do “background Histórico-Crítico” (SOUZA, 2012, p. 6)¹¹, uma vez que a ortodoxia convencional havia se equivocado quanto à teologia paulina e suas proposições.

AMPLIANDO A DISCUSSÃO NO CAMPO

Isto posto, nos cabe aqui uma exposição mais detalhada dos principais pontos defendidos pela “Nova Perspectiva Paulina”. Nesta nova proposta, intenta-se propor um resgate e uma correção do que poderia ser compreendido como compreensões e interpretações equivocadas advindas da comunidade epistêmica teológica protestante e reformada sobre a teologia paulina.

É importante ressaltar, porém, que não há pleno consenso entre os teólogos da “Nova Perspectiva”, ao menos não no tocante a todos os pontos desta abordagem, sendo possível, inclusive, afirmarmos uma multiplicidade de enfoques dentro da própria NPP.¹² Carriker (2011)¹³, em resposta ao artigo de Nicodemus (2006) em que o autor busca estabelecer um movimento de

¹⁰LOPES, Augustus Nicodemus. *A nova perspectiva sobre Paulo: um estudo sobre as “obras da lei” em Gálatas*. Revista Fides Reformata XI, N 1, p. 83-94, 2006.

¹¹SOUZA, Gaspar de. *Introdução à nova perspectiva paulina: um ensaio*. Revista Teologia Brasileira, v. 11, p. 1, 2012.

¹²Apesar de lidarmos com a Nova Perspectiva em Paulo como um termo generalizado para as novas pesquisas e leituras na teologia paulina, nos cabe aqui ressaltar que o mesmo termo aponta para uma grande variedade de leituras e um amplo espectro de abordagens sobre a teologia de Paulo, contendo aproximações e distanciamentos entre elas, as quais são inseridas sob o “guarda-chuva conceitual” do que aqui referenciamos como NPP. Ver: MCKNIGHT, Scot; OROPEZA, B. J. *Perspectives on Paul: Five Views*. Grand Rapids: Baker Academic, 2020. WITHERINGTON III, Ben; MYERS, Jason A. *Voices and Views on Paul: Exploring Scholarly Trends*. Downers Grove: InterVarsity Press, 2020. WRIGHT, N. T. *Pauline Perspectives: Essays on Paul, 1978-2013*. Minneapolis: Fortress Press, 2013. WRIGHT, N. T. *Paul and His Recent Interpreters*. Minneapolis: Fortress Press, 2015.

¹³CARRIKER, Timóteo. *Uma Nova Heresia?*. Ultimato, 26 de setembro, 2011. Disponível em: <http://ultimato.com.br/sites/timcarriker/2011/09/26/uma-nova-heresia/>

diálogo e antítese no tocante às bases doutrinárias da “Nova Perspectiva sobre Paulo”, aponta-nos os próprios desacordos internos à NPP, como: (a) a discordância de Wright com Sanders, especialmente sobre alguns aspectos referentes à interpretação que o próprio Sanders faz de como o apóstolo Paulo confronta seus oponentes em Gálatas e Romanos; (b) sobre a diferenciação entre a “conversão” e o “chamado” de Paulo, estabelecida por Stendahl e criticada por Wright; (c) as diferenças entre o posicionamento de Dunn e Wright no tocante ao sentido paulino para com a ideia de “obras da Lei” em Gálatas e Romanos; (d) a distinção entre um posicionamento mais radical de H. J. Shoeps, em contraposição ao de H. Räisänen, e isto dentro da chamada NPP (CARRIKER, 2011). É justamente por conta destas e outras discrepâncias que Carriker (2011, p. 1) concluirá que “hoje, as vertentes da NPP são tantas e tão distantes que a denominação NPP fica cada vez menos útil”.

Entretanto, isto não nos impede que busquemos apontar aquilo que seria um *corpus* fundamental compartilhado entre os proponentes desta “Perspectiva”, capaz de categorizá-la como “Nova” em detrimento à “Antiga”, mesmo quando se constata a dificuldade em se afirmar uma unidade indissolúvel entre estas. Ainda assim, seria possível a identificação dos pontos distintivos entre a “Nova Perspectiva” e as proposições anteriores a ela.

Johnson (2004, p. 64)¹⁴ argumenta que N. T. Wright tem sido um destes proponentes da NPP que vem “adotando, adaptando e popularizando os elementos dos primeiros autores da Nova Perspectiva (principalmente, Dunn e Sanders)”. Na seção abaixo, abordaremos alguns tópicos referentes à “Nova Perspectiva” e seus proponentes através da estrutura proposta por Johnson (2004)¹⁵ em quatro pontos centrais, sendo eles: (a) a não oposição paulina a um possível “legalismo”; (b) a reconciliação racial como a ênfase primária de Paulo; (c) o evangelho majoritariamente como uma declaração de vitória; (d) a redefinição da “justificação pela fé” e seus efeitos na “Imputação de Justiça”.

¹⁴JOHNSON, Phil. *A velha perspectiva sobre Paulo: uma introdução crítica de “O que São Paulo realmente disse”*. 10 de janeiro, 2004. Disponível em: https://www.gty.org/files/pdf/PA451152_08.pdf

¹⁵JOHNSON, Phil. *A velha perspectiva sobre Paulo: uma introdução crítica de “O que São Paulo realmente disse”*. 10 de janeiro, 2004. Disponível em: https://www.gty.org/files/pdf/PA451152_08.pdf

Para tanto, buscaremos focar em dois destes expoentes, os teólogos James Dunn e N. T. Wright, abordando os demais acadêmicos de forma periférica. Posteriormente, uma vez exposto os fundamentos gerais da NPP, apresentaremos uma cartilha analítica atinente aos últimos debates estabelecido entre a “Nova Perspectiva” como proposta por N. T. Wright e as leituras reformadas mais conservadoras e ligadas a tradição, tendo como seu representante, para os fins deste ensaio, o pastor e teólogo John Piper.

FUNDAMENTOS GERAIS E A NOVA PERSPECTIVA PAULINA

a) Paulo e a questão do “legalismo judaico” e as “obras da Lei”

A “Nova Perspectiva de Paulo” partirá do pressuposto de que o judaísmo do primeiro século não poderia ser interpretado como uma religião de justiça própria, demandando uma soteriologia em que a salvação estaria condicionada às obras e aos méritos humanos. Este equívoco seria fruto da falha exegética dos intérpretes neotestamentários ao aplicarem os “conflitos de Agostinho com Pelágio, e o conflito de Lutero com o Catolicismo Romano, sobre o seu entendimento do conflito de Paulo com os judaizantes” (JOHNSON, 2004, p. 65).

Ao contrário disto, a “Nova Perspectiva” asseverará que o contexto religioso judaico do primeiro século não poderia ser definido como legalista. Antes, utilizando de fontes históricas não-canônicas, este judaísmo deveria ser interpretado como uma religião pautada na graça e na misericórdia de Deus, cujos alicerces estariam na aliança do Senhor para com o seu povo Israel, em que as “obras da Lei” seriam praticadas como instrumento de manutenção do fiel dentro do círculo da aliança (LOPES, 2006)¹⁶. A salvação, como nos aponta Sanders (1977)¹⁷, deveria ser compreendida em termos de aliança e pacto em que, por um lado, Deus escolhe a Israel e, por outro, a Lei deveria ser observada para que o judeu permanecesse usufruindo esta aliança. James

¹⁶LOPES, Augustus Nicodemus. *A nova perspectiva sobre Paulo: um estudo sobre as “obras da lei” em Gálatas*. Revista Fides Reformata XI, N 1, p. 83-94, 2006.

¹⁷SANDERS, E. P. *Paul and Palestinian Judaism: A Comparison of Patterns of Religion*. Fortress Press: Philadelphia, 1977.

Dunn (2011)¹⁸ descreve esse conceito em termos “sanderianos”, chamando-o de “nomismo da aliança”. Ademais, a rejeição paulina para com as “obras da Lei” contemplaria, na realidade, a tentativa por parte dos judaizantes, fariseus e até mesmo do apóstolo Pedro, de conformar o mundo gentílico às expressões religiosas judaicas impondo-lhes as leis dietéticas, a guarda do sábado, a observâncias das festividades judaicas e a circuncisão.

b) Reconciliação ente judeus e gentios

Para a NPP, em geral, a doutrina paulina não buscava a diferenciação e separação entre judeus e gentios no sentido mais comum dado pela ortodoxia reformada comumente. Pelo contrário, sua maior preocupação era a aproximação entre ambos os povos. Sua teologia ocupava-se em denunciar justamente os abusos por parte dos judaizantes e dos fariseus para com os gentios. Deste modo, as exortações de Paulo não possuíam um caráter soteriológico por si. Antes, sabendo da intolerância destes grupos para com a comunidade gentílica, negando-os muitas vezes a comunhão, Paulo buscava com sua exortação uma “harmonia racial e a diversidade na comunidade da aliança”, bem como a rejeição do exclusivismo racial e cultural dos líderes judeus daquele tempo (JOHNSON, 2004)¹⁹.

c) O evangelho como as “boas novas” declaradas

Neste ponto, a mensagem do evangelho seria, na realidade, um anúncio sobre o senhorio de Cristo, que por meio de sua morte e ressurreição, obteve para si este direito. O ponto fulcral aqui seria o de que nesta “Nova Perspectiva” haveria uma crítica à compreensão tradicional reformada de que a mensagem do evangelho é uma mensagem de redenção pessoal em Cristo Jesus contra os efeitos do pecado e da queda nos homens.

¹⁸DUNN, James D. G. *A nova perspectiva sobre Paulo*. Santo André: Academia Cristã; São Paulo, 2011.

¹⁹JOHNSON, Phil. *A velha perspectiva sobre Paulo: uma introdução crítica de “O que São Paulo realmente disse”*. 10 de janeiro, 2004. Disponível em: https://www.gty.org/files/pdf/PA451152_08.pdf

N. T. Wright (1997, p. 45, tradução nossa)²⁰ aponta para o fato de que o evangelho “então, não é um sistema de como as pessoas são salvas. O anúncio do evangelho resulta em pessoas sendo salvas”. O desdobramento disso se dá também na não demanda do caráter expiatório em que o homem carece da misericórdia e da graça substitutiva, associada à justificação imputada no crente mediante os méritos de Cristo, para se perceber livre da ira de Deus. Questões como perdão pessoal, redenção do indivíduo e a própria expiação, como foi apontado, se tornam assuntos de ordem mais periférica (JOHNSON, 2004).²¹

Disto desdobra-se então o próximo e último ponto referente aos fundamentos gerais da NPP, sendo ele a ressignificação ou redefinição da doutrina da “justificação pela fé”.

d) Redefinição da doutrina da “justificação pela fé” e seus efeitos na doutrina da “imputação da justiça”

A questão levantada sobre a doutrina da “justificação pela fé” advém da percepção de que o protestantismo reformado histórico e tradicional não realizou uma correta interpretação da teologia paulina, iniciando-se por Lutero. Deste modo, a NPP conclui que o apóstolo, ao escrever sobre a doutrina da justificação, o faz mediante uma visão corporativa, nacional, racial e social. Ao invés de relacionar-se com outras doutrinas, como as de ordem soteriológica por exemplo, a justificação paulina estará mais associada a uma perspectiva eclesiológica.

N. T. Wright irá estabelecer esta relação na medida em que utiliza dos esquemas dos textos de Qumram para estabelecer um conceito de justificação mais próximo àquele dos primeiros leitores. Wright (1997, p. 119, tradução nossa)²² irá afirmar que:

²⁰WRIGHT, N. T. *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?* Lion Publishing PLC: U.K., 1997. “It is not, then, a system of how people get saved. The announcement of the gospel results in people being saved”.

²¹JOHNSON, Phil. *A velha perspectiva sobre Paulo: uma introdução crítica de “O que São Paulo realmente disse”*. 10 de janeiro, 2004. Disponível em: https://www.gty.org/files/pdf/PA451152_08.pdf

²²WRIGHT, N. T. *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?* Lion Publishing PLC: U.K., 1997. “Justification in this setting, then, is

(...) “a justificação neste contexto não é uma questão de *como alguém se torna participante desta comunidade do verdadeiro povo de Deus*, mas de *como você diz quem pertence a esta comunidade*, não ao menos no período de tempo antes do evento escatológico em si, quanto esta questão se tornará publicamente notória.”

Assim, a justificação seria aquela em que Deus declara o homem absolvido dos seus pecados e culpas, inserindo o crente como parte-membro da comunidade da aliança. Wright (1997, p. 122, tradução nossa)²³ apontará que:

“O que Paulo quis dizer com justificação, neste contexto, deveria, portanto, estar claro. Não seria o ‘como você se torna um cristão’, nem tampouco ‘como você pode saber quem é um membro da família da aliança’. Quando duas pessoas compartilham a fé cristã, diz Paulo, elas podem compartilhar da comunhão-da-mesa, não importando qual seja sua ascendência. E tudo isso é baseado integralmente, é claro, na teologia da cruz. ‘Estou crucificado com Cristo’, ele escreve, ‘todavia eu vivo; não eu, mas Cristo vive em mim’ (2.19). A cruz aniquilou a distinção privilegiada que Saulo de Tarso supunha desfrutar; a nova vida que ele possuía como apóstolo Paulo é uma vida definida, não por sua antiga existência, mas unicamente pelo Messias crucificado e ressuscitado.”

Por conseguinte, conclui Wright (1997, p. 122, tradução nossa)²⁴, que “justificação, em Gálatas, é a doutrina que insiste que todos que compartilham fé em

not a matter of how someone enters the community of the true people of God, but of how you tell who belongs to that community, not least in the period of time before the eschatological event itself, when the matter will become public knowledge.”

²³WRIGHT, N. T. *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?* Lion Publishing PLC: U.K, 1997. “What Paul means by justification, in this context, should therefore be clear. It is not ‘how you become a Christian’, so much as ‘how you can tell who is a member of the covenant family’. When two people share Christian faith, says Paul, they can share table-fellowship, no matter what their ancestry. And all this is based four-square, of course, on the theology of the cross. ‘I am crucified with Christ,’ he writes, ‘nevertheless I live; yet not I, but Christ lives in me’ (2.19). The cross has obliterated the privileged distinction that Saul of Tarsus supposed himself to enjoy; the new life he has as Paul the apostle is a life defined, not by his old existence, but solely by the crucified and risen Messiah.”

²⁴WRIGHT, N. T. *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?* Lion Publishing PLC: U.K, 1997. “Justification, in Galatians, is the doctrine which insists that all who share faith in Christ belong at the same table, no matter what their racial differences, as together they wait for the final new creation.”

Cristo pertencem à mesma mesa, não importa quais suas diferenças raciais, pois juntos esperam a nova criação final”. Nesse sentido, justificação seria então o ato divino que torna o crente participante da aliança com Deus em Cristo Jesus.

Sendo a doutrina da “justificação” estabelecida nestes termos pela “Nova Perspectiva de Paulo”, a doutrina reformada da “imputação de justiça” também demandará reformulações. O entendimento de que a “imputação” seria a aplicação da justiça inerente a Cristo Jesus àquele que nele crê, tornando-o justificado e justo perante Deus, estaria equivocada do ponto de vista exegético proveniente da tradição reformada mais consolidada. N. T. Wright demonstra que o ponto basilar interpretativo estaria na linguagem utilizada por Paulo ao tratar de justificação e justiça, linguagem esta tipicamente utilizada em tribunais. Assim, quando os homens são declarados justos neste ambiente, isto significaria “o status que eles têm quando o tribunal se coloca em seu favor. Nada mais, nada menos.” (WRIGHT, 1997, p. 98, tradução nossa)²⁵.

Como resultado disto, Wright (1997, p. 98, tradução nossa)²⁶ afirma:

“Se usarmos a linguagem do tribunal, não faz sentido dizer que o juiz imputa, comunica, lega, transmite ou de outra forma transfere sua justiça para o querelante ou o réu. Justiça não é um objeto, uma substância ou um gás que pode ser passado através da sala do tribunal. Para o juiz ser justo não significa que o tribunal o tenha concedido favor. Para o queixoso ou réu ser justo não significa que ele ou ela tenha tentado o caso de forma adequada ou imparcial. Imaginar o réu de algum modo recebendo a justiça do juiz é simplesmente um erro de categoria. Não é assim que a linguagem funciona.”

²⁵*Idem*. “the status they have when the court finds in their favor. Nothing more, nothing less”.

²⁶*Idem*. “If we use the language of the law court, it makes no sense whatever to say that the judge imputes, imparts, bequeaths, conveys or otherwise transfers his righteousness to either the plaintiff or the defendant. Righteousness is not an object, a substance or a gas which can be passed across the courtroom. For the judge to be righteous does not mean that the court has found in his favor. For the plaintiff or defendant to be righteous does not mean that he or she has tried the case properly or impartially. To imagine the defendant somehow receiving the judge’s righteousness is simply a category mistake. That is not how the language works.”

Portanto, a ideia de justiça em Cristo não poderia ser associada com aquela advinda de formulações como os “méritos de Cristo”. Isso se dá mediante ao fato de que, como assevera Wright (2005, p. 12)²⁷, “a justiça de Jesus é aquilo que resulta de sua vindicação como Messias na ressurreição”. Destarte, a “justiça de Deus” se referirá à justiça do Senhor como criador e Deus da aliança com seu povo. Com isso Wright não negaria a doutrina da “imputação”. Ele aponta para esta doutrina presente em textos como 1Coríntios 1.30-31 e 2Coríntios 5.21, onde Paulo trata da imputação da justiça de Cristo juntamente com a imputação de sabedoria, redenção, santificação e vocação, como no caso do apostolado de Paulo, por exemplo. A rejeição por parte de Wright se dá para com o entendimento de que esta doutrina, como estabelecida por Lutero e Calvino, estaria presente em Romanos 3.21-26 (CARRIKER, 2011).²⁸

Tendo levantado as questões e os contornos concernentes à NPP, bem como a forma pela qual seus proponentes a concebem, passaremos então à exposição da cartilha comparativa proposta por Wax (2009)²⁹ em que o ensaísta busca demonstrar ambos os posicionamentos teológicos, tanto o de John Piper, quanto o de N. T. Wright, acerca da teologia paulina. Para tanto, faremos também uma breve introdução panorâmica sobre o desenvolvimento do debate estabelecido entre Wright e Piper acerca da doutrina da “justificação” e de seus desdobramentos.

“JUSTIFICAÇÃO” E “IMPUTAÇÃO”: N. T. WRIGHT E JOHN PIPER EM DISPUTA

A “Nova Perspectiva sobre Paulo”, em cerca de vinte e cinco anos de construção e desenvolvimento, acumulou para si adeptos e opositores ferrenhos.

²⁷WRIGHT, N. T. *Paulo em diferentes perspectivas. Palestra 1: pontos iniciais e reflexões introdutórias*. Auburn Avenue Presbyterian Church. Monroe, Louisiana, 2005. Disponível em: <http://ntwrightpage.com/files/2016/05/DiferentesPerspectivas.pdf>

²⁸CARRIKER, Timóteo. *Uma Nova Heresia?*. Ultimato, 26 de setembro, 2011. Disponível em: <http://ultimato.com.br/sites/timcarriker/2011/09/26/uma-nova-heresia/>

²⁹WAX, Trevin. *The Justification Debate: A Primer. Two of the world's most prominent pastor-theologians on justification—and what difference it makes. John Piper and N.T. Wright*. Christianity Today, June 26, 2009. Disponível em: <http://www.christianitytoday.com/ct/2009/june/29.34.html>

Deste último grupo, alguns importantes nomes como D. A. Carson, Sinclair Ferguson, Ligon Duncan, John Piper e outros, têm buscado evidenciar, por meio de seus textos e artigos, os pontos de possível desacordo e contradição entre a “Nova Perspectiva” e a compreensão tradicional da “Velha Perspectiva”.

No cerne deste debate, destacamos aqui aquele ponto concernente à matéria da “justificação pela fé” e da “imputação de justiça”, ambas postas em disputa no debate firmado entre Wright e Piper. O texto inaugural *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?* se deu por parte de Wright em 1997, estabelecendo os parâmetros e apresentando a “Nova Perspectiva”. Em resposta a Wright, John Piper escreve *The Future of Justification: A Response to N. T. Wright*³⁰ em 2007, na tentativa de demonstrar que, ao ler a proposta de Wright, fica evidente que “seu retrato do evangelho — e, particularmente, sua doutrina da justificação — está tão desfigurado que fica difícil reconhecê-lo como biblicamente fiel” (PIPER, 2007, p. 15, tradução nossa).³¹

No entanto, a réplica veio em seguida com a publicação de *Justification: God’s Plan & Paul’s Vision* por N. T. Wright em 2009. Aqui, Wright (2009, p. 9, tradução nossa) afirma que “uma resposta inicial se fazia necessário” ao texto de John Piper. Para tanto, Wright irá discutir alguns tópicos como (1) “a natureza e o escopo da salvação”, (2) “o significado de salvação” e (3) “o significado de justificação”, argumentando que “a forma pela qual Paulo define tais coisas, não são as mesmas que Piper” (WRIGHT, 2009, p. 11, tradução nossa)³². Importante é mencionar que, antes dos escritos de 2009, Wright desenvolveu categorias fundamentais de seu pensamento sobre o próprio apóstolo Paulo, a doutrina da justificação e a influência judaica, helenista e romana na formação do pensamento paulino em *Paul: In Fresh Perspective*³³, publicado em 2005 — categorias estas partícipes dos escritos posteriores em 2009.

³⁰Publicado em português pela editora Tempo de Colheita em 2011 sob o título *O futuro da justificação: uma resposta a N. T. Wright*.

³¹PIPER, John. *The Future of Justification: A Response to N. T. Wright*. Crossway Books: Wheaton, Illinois, 2007.

³²WRIGHT, N. T. *Justification: God’s Plan & Paul’s Vision*. InterVarsity Press: Downers Grove, Illinois, 2009.

³³Publicado em português pela editora Loyola, em 2009, sob o título *Paulo: novas perspectivas*.

Visando a clarificação argumentativa de ambos os autores, sintetizaremos abaixo o raciocínio de ambos por meio da cartilha esquemática proposta por Trevin Wax (2009), na revista *Christianity Today*, sob o título de *The Justification Debate: A Primer* (“O debate em torno da justificação: uma cartilha”), nos seguintes assuntos: (1) O problema, (2) A Lei, (3) A aliança, (4) Justiça de Deus, (5) Judaísmo do primeiro século, (6) O evangelho, (7) Como isto ocorre e (8) Justificação futura.

O DEBATE EM TORNO DA JUSTIFICAÇÃO: UMA CARTILHA³⁴

1) O problema

Piper: Deus criou um mundo bom que foi submetido à futilidade devido à escolha pecaminosa e perversa dos primeiros seres humanos. Por causa desta ofensa contra a glória de Deus, os seres humanos estão alienados de seu Criador e merecem sua justa condenação por seus pecados.

Wright: Deus criou um mundo bom, projetado para ser cuidado e conduzido ao seu propósito pretendido mediante os portadores de sua imagem, os seres humanos. Este propósito foi contrariado pela escolha pecaminosa dos primeiros seres humanos. Por causa da pecaminosidade humana, o mundo carece de endireitamento e seu propósito original de ser conduzido à realização. O propósito de Deus ao “endireitar” os seres humanos é o de que, através deles, o mundo possa ser endireitado.

2) A Lei/A aliança

Piper (Lei): Deus revelou-se através da Lei, a qual apontava para Cristo como seu fim e objetivo, ordenou a obediência que vem da fé, aumentou a transgressão, e serrou a boca de todos os seres humanos, porque ninguém operou a justiça da lei de modo a não carecer de um substituto.

Wright (aliança): Deus fez uma aliança com Abraão, a fim de pôr em curso o seu plano para salvar o seu mundo através da família de Abraão. Deus deu ao

³⁴WAX, Trevin. *The Justification Debate: A Primer. Two of the world's most prominent pastor-theologians on justification—and what difference it makes. John Piper and N.T. Wright.* Christianity Today, June 26, 2009. Disponível em: <http://www.christianitytoday.com/ct/2009/june/29.34.html> (tradução nossa).

seu povo a Torá, sua santa Lei, como um pedagogo — uma maneira de impedir que Israel, o povo rebelde de Deus, se desviasse totalmente do caminho até a vinda do Messias. Israel deveria incorporar a Lei e, assim, ser uma luz para as nações. No entanto, Israel falhou nessa tarefa.

3) Justiça de Deus

Piper: A essência da justiça de Deus é a sua fidelidade inabalável para sustentar a glória do seu nome em tudo que ele faz. Nenhuma ação isolada, como o guardar da aliança, é a justiça de Deus. Pois todos os seus atos são realizados em justiça. A essência da justiça humana é a fidelidade inabalável para sustentar a glória de Deus em tudo o que fazemos. O problema é que todos nós ficamos aquém desta glória; isto é, ninguém é justo.

Wright: A justiça de Deus se refere à sua própria fidelidade à aliança que fez com Abraão. Israel foi infiel a esta comissão. O que agora é exigido, se for para lidar com o pecado no mundo e o criar de uma família global para Abraão, é um fiel israelita que pode permanecer fiel à aliança no lugar de Israel.

4) Judaísmo do primeiro século

Piper: Muitos judeus nos dias de Jesus (como os fariseus descritos nos Evangelhos) não viam a necessidade de um substituto a fim de serem justos perante Deus, mas procuravam estabelecer sua própria justiça por meio das “obras da Lei”. Seja guardando o sábado ou não cometendo adultério, essas obras se tornaram a base para uma posição justificada perante Deus. A inclinação para confiar nos próprios atos cerimoniais e morais é universal, à parte da graça divina.

Wright: Os judeus nos dias de Jesus acreditavam que a Lei lhes foi dada como pessoas que já estavam em aliança com Deus. Portanto, a Lei não era vista como um meio de se ganhar o favor de Deus, mas como um sinal de que alguém já estava em uma aliança com Deus. As “obras da Lei” não são meios de se merecer o favor de Deus, mas distintivos da identidade da aliança pelos quais se determina quem está na aliança e quem não está. Muitos judeus nos dias de Paulo se apegavam a esses indicadores de identidade (sábado, circuncisão) de uma maneira que tornava sua identidade judaica exclusiva. Portanto, seu exclusivismo estava impedindo a promessa de Deus de fluir para as nações.

5) O evangelho

Piper: O cerne do evangelho é a boa nova de que Cristo morreu por nossos pecados e foi ressuscitado dentre os mortos. O que a torna boa nova é que a morte de Cristo promoveu uma justiça perfeita perante Deus e sofreu uma condenação perfeita de Deus, ambas as quais são contabilizadas como nossas por meio da fé somente, de modo que temos vida eterna com Deus nos novos céus e na nova terra.

Wright: O evangelho é o anúncio real de que o Jesus crucificado e ressurreto, o qual morreu por nossos pecados e ressuscitou de acordo com as Escrituras, foi entronizado como o verdadeiro Senhor do mundo. Quando este evangelho é pregado, Deus chama as pessoas à salvação, por pura graça, conduzindo-as ao arrependimento e fé em Jesus Cristo como o seu Senhor ressurreto.

6) Como isto ocorre

Piper: Pela fé, somos unidos a Cristo Jesus de maneira que, em união com ele, sua perfeita justiça e punição sejam contadas como nossas (imputada a nós). Desta forma, a perfeição é providenciada, o pecado é perdoado, a ira é removida e Deus é totalmente por nós. Em vista disso, apenas Cristo seria a base da nossa justificação, e a fé que nos une a ele é o meio ou o instrumento da nossa justificação. Confiar em Cristo como Salvador, Senhor e Bem Supremo de nossas vidas produz o fruto do amor, ou então, tal confiança estará morta.

Wright: O próprio Deus, na pessoa de Jesus Cristo (o fiel israelita), veio, permitindo a continuação de seu plano para resgatar os seres humanos, e, através deles, o mundo. O Messias representa o seu povo, ocupando seu lugar, assumindo a morte que eles mereciam. Deus justifica (declara justos) todos aqueles que estão “em Cristo”, de maneira que a vindicação de Jesus em sua ressurreição se torna a vindicação de todos aqueles que nele confiam. Justificação refere-se à declaração de Deus de quem está na aliança (esta família mundial de Abraão por meio da qual os propósitos de Deus podem agora ser estendidos ao mundo mais amplamente) e é feita com base na fé em Jesus Cristo somente, não nas “obras da Lei” (isto é, nos distintivos de identidade étnica que outrora mantinham judeus e gentios separados).

7) Justificação futura

Piper: A justificação presente é baseada na obra substitutiva de Cristo somente, desfrutada em união com ele pela fé somente. A justificação futura é a confirmação e declaração pública de que em Cristo Jesus somos perfeitamente inocentes diante de Deus. Este julgamento final está em acordo com as nossas obras. Ou seja, o fruto do Espírito Santo em nossas vidas será apresentado como a evidência e a confirmação da verdadeira fé e união com Cristo. Sem essa transformação validadora, não haverá salvação futura.

Wright: A justificação presente é o anúncio emitido com base na fé e na fé somente de quem faz parte da família da aliança de Deus. O presente veredicto dá a garantia de que a sentença a ser anunciada no Último Dia irá se corresponder a este; o Espírito Santo dá o poder por meio do qual aquele futuro veredicto, quando dado, será visto como estando em concordância com a vida que o crente então viveu.

APONTAMENTOS FINAIS

Buscamos nesse breve ensaio estabelecer um panorama histórico dos estudos paulinos e suas disputas como apresentado pela “Nova Perspectiva em Paulo” e seus principais proponentes, expondo suas origens e seu debate interno, além de descrevermos os pontos fundamentais e gerais concernentes a esta “Nova Perspectiva”. Para tanto, recorremos a fontes primárias e secundárias na tentativa de estabelecer um movimento de diálogo entre os autores e seus leitores, além de expormos o debate atual em torno dos pressupostos da “Nova Perspectiva Paulina” e seus críticos, especificamente abordando a disputa entre N. T. Wright e John Piper, firmando assim os parâmetros atuais de discussão entre ambos.

A “Nova Perspectiva de Paulo” tem sido vastamente criticada pelos adeptos da “Velha Perspectiva”, incluindo aqui aqueles pertencentes ao contexto brasileiro, na medida em que buscam demonstrar os pontos contraditórios na exegese e hermenêutica dos proponentes desta “Nova Perspectiva”. Contudo, mediante o conteúdo aqui trabalhado, nos parece sensato afirmar a necessidade de não somente lidar com as produções mais tradicionais da teologia paulina como também o considerar das novas pesquisas em âmbito acadêmico no tema, principalmente no tocante aos documentos judaicos do primeiro

século, o contexto e a cultura judaica do período neotestamentário e os estudos paulinos mais recentes.

Com isso, entretanto, não queremos afirmar de imediato que a “Nova Perspectiva Paulina” deva ser assimilada pela academia sem que haja a devida ponderação crítica dos elementos distintivos desta abordagem; ou que se deva assumi-la imediatamente como uma leitura mais precisa e relevante do que a “Velha Perspectiva” na esteira da tradição reformada, pelo simples fato de ser esta mais recente do que aquela, sem com isso submetê-las e averiguá-la à luz das Escrituras e da boa tradição. Antes, devemos refletir melhor sobre os pontos que poderiam lançar mais luz doutrinária às formulações teológicas que buscamos compreender acerca da teologia de Paulo, visando possíveis pontos de consenso e dissenso entre Velha e Nova perspectivas. Nesse sentido, recomendamos aos colegas de pesquisa interessados a prosseguirem nas leituras sobre o tópico em questão, além de encorajá-los ao maior engajamento nas produções acadêmicas e literárias sobre esta importante, controversa, porém, necessária temática.



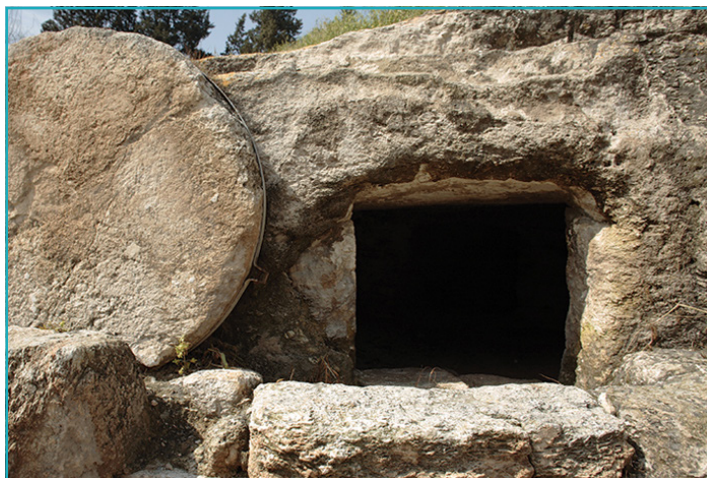
Thiago Rossi Marques

Sobre o autor

Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte UNI-BH, com enfoque em filosofia política e filosofia reformacional (dooyeweerdiana); Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), com enfoque em Política Internacional, Teologia Pública, Teologia Política e Kuyperianismo; Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); Bacharel em Teologia pelo Seminário Martin Bucer, com enfoque em Teologia Pública e Política; Pós-Graduado (Especialista) em Estudos Teológicos pelo Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Professor Adjunto e membro do Conselho Administrativo no Seminário Martin Bucer Brasil; Vice-Presidente e Pastor Adjunto da Igreja Batista Novo Riacho na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais; Casado com Nathana Rossi.

“Alegra-te, coração; teu Senhor ressuscitou”

John Webster



I

A confissão cristã da ressurreição abrange duas grandes questões: primeiro, que Jesus Cristo é aquele que vive, foi morto e agora vive para todo sempre (Ap 1.18), e, segundo, que juntamente com ele Deus “nos deu vida” (Ef 2.5). Esses dois elementos da confissão — sua cristologia e sua soteriologia — estão conectados, mas permanecem em uma sequência estrita e irreversível. É apenas porque Deus ressuscitou Cristo dentre os mortos que nós também possuímos novidade de vida; o que experimentamos e confessamos a respeito de nossa própria ressurreição é totalmente derivativo da realidade principal: “Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai” (Rm 6.4). No entanto, não conheceríamos a ressurreição de Cristo em sua plena abrangência se não considerássemos também sua extensão no reino das criaturas, seus efeitos e poder generativo.

II

O que dizer daquele que ressuscitou dentre os mortos?

Ele vive. Ele é “o primeiro e o último. Eu sou o que vive” (Ap 1.17f). A vida do

ressuscitado não é meramente a retomada de sua existência antes da Sexta-Feira da Paixão. Antes, é uma vida que manifesta sua eterna divindade: ele *é* vida. O Cristo ressurreto possui vida infinita, incriada, a vida do próprio Deus. A vida criada é contingente e limitada; não surge de si mesma, mas é um dom de Deus, não pode por si mesma manter a si mesma e possui começo e fim. A vida do ressuscitado é vida divina. Ela tem seu fundamento inteiramente em Deus, reproduzindo a eterna relação entre Pai e Filho: “Pois assim como o Pai tem vida em si mesmo, assim também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo” (Jo 5.26). A ressurreição manifesta o fato de que a vida do Filho de Deus é perfeita, sem começo ou fim, além de aumento ou diminuição, não sujeita a nenhuma corrupção, infinitamente plena e realizada. “Eu sou a ressurreição e a vida” (Jo 11.25).

Ele é presente. “[E] eu estou convosco todos os dias, até o final dos tempos” (Mt 28.20). Por sua ressurreição e seu completamento na ascensão, Cristo é exaltado ao domínio da realidade que lhe é próprio, aos lugares celestiais e à direita do Pai (Ef 1.20). Esse domínio é “muito acima” (Ef 1.21), a metáfora espacial indicando a diferença absoluta entre esse reino incriado e os lugares e eventos criados. Ainda assim, sua exaltação não significa ausência. Precisamente porque ele não é limitado por tempo e espaço criados, ele é presente sem restrições. O exaltado é onipresente. Sua “posição” celestial não é uma restrição ou inibição (“lá” e, portanto, “não aqui”), mas o fundamento de sua presença em todo tempo e em todo lugar.

Ele está presente por sua própria iniciativa, por sua própria capacidade ilimitada. Ele não está presente porque foi convocado pelo desejo, súplica ou imaginação das criaturas. Ele está presente em liberdade e bondade divina, ou seja, em graça, por sua própria provisão e autodoação amorosa. Tampouco é sua presença tal que o coloque ao dispor das criaturas. Sua presença é sempre um presente, não uma posse. Isso pode ser visto no caráter estranhamente fugaz de suas aparições após a ressurreição: “Então os olhos deles foram abertos, e o reconheceram; e ele desapareceu de diante deles” (Lc 24.31). O caráter evanescente de sua presença ressurreta indica não a fragilidade de sua realidade, mas sua espontaneidade transcendente, sua plenitude absoluta de vida incriada que não pode ser contida.

Ele é radiante. “Seu rosto brilhava como o sol no seu fulgor” (Ap 1.16). O Cristo ressurreto compartilha da glória e do esplendor de Deus. Deus é em si mesmo luz e glória, e, portanto, radiante, pois sua glória é resplandecente, não

autocontida. O resplendor de Deus, que acompanha e ilumina suas criaturas, tem sua instância supremamente concentrada na encarnação do Filho; nele “a verdadeira luz, que ilumina a todo homem, estava chegando ao mundo” (Jo 1.9). No entanto, porque essa realidade luminosa “resplandece nas trevas” (Jo 1.5), seu resplendor não é reconhecido por criaturas que permanecem presas na escuridão. Há certa medida de ambiguidade na glória encarnada: a luz que é derramada pela profecia e paixão do Filho é contestada, ignorada ou rejeitada. “E o julgamento é este: A luz veio ao mundo, e os homens amaram as trevas em lugar da luz, pois suas obras eram más. Porque todo aquele que pratica o mal odeia a luz e não vem para a luz, para que as suas obras não sejam expostas” (Jo 3. 19-20). A ressurreição indica que um fim foi definido para essa ambiguidade. Ela ainda não apaga todas as trevas, mas dá início ao trabalho de dissipá-las e promete sua erradicação total. Em si mesmo de maneira irresistível e completamente radiante, o Cristo ressurreto irradia a luz divina, inaugurando e expandindo a todo tempo seu domínio, chamando as criaturas “das trevas para a sua maravilhosa luz” (1Pe 2.9), e convocando para si os “filhos da luz” que são “luz no Senhor” (Ef 5.8). “Porque Deus, que disse: Das trevas brilhará a luz, foi ele mesmo quem brilhou em nosso coração, para iluminação do conhecimento da glória de Deus na face de Cristo” (2Co 4.6).

Ele é eloquente. “[E] ouvi atrás de mim uma voz forte, como de trombeta... sua voz era como a voz de muitas águas” (Ap 1.10,15). Vivo, presente e radiante, o Cristo ressurreto fala, ele se dirige a nós. Sua palavra não é mais uma voz concorrente lutando para ser ouvida. É, antes, infinitamente autoritativa, incomparável, a voz que possui precedência sobre todas as outras. Ele é o primeiro falante, a Palavra divina. Ele não fala diretamente, mas indiretamente, através de seus embaixadores, os profetas e apóstolos que ele nomeia, santifica, inspira e autoriza como seus arautos para levarem sua palavra aos seus semelhantes. Ao chamá-los para o seu serviço, Cristo não renuncia ao seu cargo de profeta, mas o exerce de modo instrumental e intermediado, para que o mundo não seja destituído da instrução divina. Ao falar dessa maneira, ele comunica a si mesmo: “eu sou o primeiro e o último” (Ap 1.17). Ele conforta e abençoa as criaturas: “Não temais” (Mt 28.10); “Paz seja convosco” (Jo 20.21). E ele comissiona e dirige aqueles que escutam sua voz: “Ide...” (Mt 28.19).

III

O que dizer sobre a segunda questão da confissão da ressurreição, sua extensão na vida das criaturas e sua efetividade *ad extra*? Vivo com vida divina, resplandecente e eloquentemente presente, o Cristo ressurreto se coloca em uma relação dupla com as criaturas: ele as governa e lhes concede uma parte de sua vida.

Ele governa. “Ele existe antes de todas as coisas, e nele tudo subsiste” (Cl 1.17). Seu governo possui um aspecto duplo: seu senhorio e seu exercício no governo das criaturas, por meio do qual o bem delas é assegurado.

O Cristo ressurreto é “a cabeça de todo principado e poder” (Cl 2.10). Seu senhorio é incomensurável. Ele não é meramente um entre vários senhores, nem mesmo o mais poderoso. Seu governo é “muito acima de todo principado, autoridade, poder, domínio (Ef 1.21); ele é o Senhor, a quem todos os outros são relativos, mas ele mesmo não é relativo a ninguém. A ressurreição não concede esse senhorio a ele, fazendo-o adquirir e exercer uma nova soberania até então não possuída. A Páscoa manifesta aquilo que ele é e possui em virtude de sua eterna divindade: uma dignidade e posição eminentes e uma autoridade suprema, que são antecedentes e intrínsecas. Além disso, seu senhorio é tanto legítimo (porque surge e é exercido de acordo com a natureza e propósito justos de Deus) quanto infinito em seu alcance: “todas as coisas” estão “debaixo dos seus pés” (Ef 1.22).

Esse seu senhorio é exercido em seu bom governo de todas as coisas criadas. Como governante da criação, o Cristo ressurreto estabelece e ordena todas as criaturas, confirmando suas naturezas, mantendo-as e levando-as à plenitude. Dessa forma, seu governo é totalmente benevolente e benéfico, preservando, protegendo e aperfeiçoando seus súditos. Pelo exercício de seu bom senhorio, toda a ordem criada, “sujeita à inutilidade” e que “geme e agoniza” (Rm 8.20,22), é “libertada do cativeiro da degeneração” (Rm 8.21) e colocada no caminho da consumação. Sua ressurreição tanto causa quanto antecipa “novos céus e nova terra” (2Pe 3.13).

Ele é o doador da vida. “Ele vos deu vida” (Ef 2.1). O Cristo ressurreto comunica a vida que ele possui em si mesmo em sua relação com o Pai. Ele concede uma participação criatural em sua vivacidade a seu corpo, àquele grupo de criaturas humanas a quem ele se une em comunhão. Esse compartilhar de vida é a representação externa da bondade de Deus. É propriedade da bondade divina desejar e trazer à existência vida além de si mesmo, fazer com que outra realidade exista. A primeira performance externa disso é a obra da criação a partir do nada.

A segunda é a obra da reconciliação e regeneração, na qual Deus faz com que criaturas mortas tenham “vida juntamente com Cristo” (Ef 2.5). Estar “em” Cristo — receber essa distribuição infinitamente generosa de vida — é fazer parte da nova criação. Há também uma intencionalidade notável aqui, um direcionamento e concentração da qual o apóstolo testifica em Efésios: “Ele *vos* deu vida”. A renovação cósmica iniciada pela ressurreição possui também uma operação e aplicação inescapavelmente particular: *vós*.

IV

Dois pontos a título de conclusão...

Primeiro: como podemos saber que Jesus Cristo ressuscitou dentre os mortos e nós com ele? Sabemos em virtude da instrução divina e do exercício da razão fiel e regenerada.

A ressurreição do Filho de Deus é um mistério que acontece como um ato divino secreto, não observado e não observável. Não sabemos nada do que aconteceu na tumba; a passagem do Filho da morte para a vida é inteiramente oculta. Sua ressurreição não é mais um episódio na história do mundo. É um ato como o primeiro ato criacional de Deus, um ato que traz um mundo à existência, não um evento no mundo, mas a própria condição para que haja um mundo. Além disso, quando o ressuscitado se apresenta para ser conhecido, ele não o faz como alguém que ocupa um lugar no mundo da mesma maneira que nós o fazemos ou como ele mesmo escolheu fazer em alguma medida antes de sua morte. Como o ressuscitado, ele se apresenta de modo real, tangível, articulado, imponente, mas, não obstante, livre e autônomo. Ele se faz inesperadamente presente, ele se aproxima — vindo de uma distância infinita — e, de modo igualmente inesperado, desaparece de vista.

Porque o Cristo ressurreto é o Senhor de sua própria automanifestação, ele não é um objeto de conhecimento como qualquer outro. Não o conhecemos como poderíamos conhecer alguma realidade inerte da qual possamos fazer uma avaliação, nem mesmo como conhecemos outras pessoas que ocupam um lugar no mundo. Em ambos os casos, exercemos uma certa iniciativa cognitiva, trazendo essas realidades para o nosso campo de conhecimento. Não é assim com ele: ele se apresenta e detém a primazia em nosso conhecimento. Nosso conhecimento não é e não pode ser compreensão, como se estivéssemos “capturando-o” com a

mente; é, antes, um conhecimento cujo objeto é inesgotável, alguém que não pode ser limitado e contido pela inteligência criada.

Certamente, ele “apresentou-se vivo também a eles, com muitas provas incontestáveis” (At 1.3). Mas que tipo de provas? Não evidências ou garantias que são a matéria-prima para a razão onicopetente, mas sinais que conduzem a mente a uma realidade que é conhecida em fé e na confissão da fé: “Senhor meu e Deus meu!” (Jo 20.28). Como conhecimento da fé, o conhecimento do Cristo ressurreto tem como seu elemento objetivo a revelação divina (ele “apresentou-se”). Seu desenvolvimento subjetivo correspondente é a ensinabilidade, que emerge no curso da conversão das afeições e da vontade a Deus. Além disso, a docilidade (e com ela o conhecimento) aumenta à medida que passamos a viver em novidade de vida, abandonando paixões desordenadas e disposições mentais reprováveis, e acomodando-nos a boa ordem, clareza e paz da vida regenerada.

Segundo: Como esse ensino sobre a ressurreição deve ser “usado”? Que disposições e atos são exigidos de nós para que sua beleza e bondade nos beneficiem?

“Alegra-te, coração; teu Senhor ressuscitou” — dizia George Herbert. Beneficiar-se da ressurreição requer uma certa objetividade, uma atenção autoesquecida à pura realidade de que ele ressuscitou e que ele é “teu Senhor”. Contemplar — meditar atentamente — essa (sua) realidade é atentar-se para sua vivacidade e nossa inclusão em seu escopo e efeito. É conduzir mente, desejo e vontade para a nova ordem de realidade que ele instituiu e que abrange e governa nossas vidas. Tal contemplação é, no presente, imperfeita, frequentemente defeituosa, porque nossa regeneração ainda não foi plenamente concluída, e as realidades do pecado e da morte continuam a nos deixar perplexos, frustrados e muitas vezes oprimidos. Mas aqui somos ajudados pelo Espírito Santo que o ressuscitado envia em seu nome. Por meio de sua orientação, podemos começar a conhecer, amar e louvar aquele que em sua plenitude de vida e bondade nos alcança. E, por isso: alegre-se, coração.

Traduzido por Breno Nunes.

Texto original: [“Rise, heart; thy Lord is risen”](#). Reformation 21.



John Webster

Sobre o autor

(1955–2016) foi um clérigo e teólogo anglicano inglês que escreveu nas áreas de teologia sistemática, histórica e moral. Nasceu em Mansfield, Inglaterra, em 20 de junho de 1955, e foi educado na Bradford Grammar School e na Universidade de Cambridge. Após uma distinta carreira, ele faleceu em sua casa na Escócia em 25 de maio de 2016 com a idade de 60 anos. No momento de sua morte, ele era o Chair of Divinity no St. Mary's College, University of St Andrews, Escócia.

A estrutura pactual da doutrina da perseverança dos santos

Isaias Lobão Pereira Júnior



Jesus cura o homem cego, 2008. Brian Jelke.

A perseverança dos santos é um dom de Deus, pelo qual os eleitos, que foram justificados e santificados pela graça de Cristo são selados pelo Espírito Santo, de modo que nunca se afastam completamente dessa graça.¹

INTRODUÇÃO

Marcelo foi criado em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Com seis anos de idade começou a frequentar uma igreja presbiteriana. Seus pais se converteram e começaram a levar os filhos à igreja. Ele amava a igreja, era aluno da escola dominical e participava dos acampamentos, gostava de ler a Bíblia e falava de Cristo aos seus colegas na escola.

Com 19 anos, foi cursar engenharia em Belo Horizonte. Frequentava uma igreja recomendada pelo seu pastor, pastoreada por um amigo e ex-colega de seminário. No primeiro ano continuou firme na igreja, no entanto, a pressão dos amigos, os valores materialistas ensinados pelos professores e uma namorada que não era cristã, levaram-no a esfriar em sua fé.

¹WOLLEBIUS, Johannes. *Compêndio de teologia cristã*. Eusébio/CE: Peregrino, 2020, p. 257.

Visitando sua família durante o período de férias, seus pais demonstraram preocupação com sua vida espiritual. Sua mãe declarou que estava orando por ele. Por sua vez, seu pai o convidou para fazer alguns serviços e tiveram oportunidade de ter uma longa conversa. Após muitos impasses, Marcelo repensou sua vida e retomou os caminhos do Senhor.

De volta à capital, ele tinha uma nova postura. Não aceitava mais os constantes convites para as festas com os amigos da faculdade, reforçou seus conhecimentos doutrinários e conseguiu contemplar a fragilidade dos argumentos materialistas de seus professores. Além disso, terminou o namoro com a moça ímpia. Agora, segue firme na igreja como professor da escola dominical, além de liderar um grupo de estudos bíblicos na faculdade.

A caminhada espiritual de Marcelo ilustra a doutrina da Perseverança dos Santos. Louis Berkhof resume a doutrina da seguinte maneira: “Pode-se definir a perseverança como a contínua operação do Espírito Santo no crente, pela qual a obra da graça divina, iniciada no coração, tem prosseguimento e se completa. É porque Deus nunca abandona a sua obra que os crentes continuam de pé até o fim”.² Aqueles que são regenerados podem enfraquecer, cair em pecado e estar sob “o paternal desgosto” de Deus. Quando isso ocorre, o Espírito Santo os convence do seu pecado, os compele a arrepender-se e são, assim, restaurados.

A ESTRUTURA PACTUAL DA DOCTRINA DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

Pode-se apresentar a seguinte definição das alianças entre Deus e o homem nas Escrituras: “Uma aliança é um acordo imutável e divinamente imposto entre Deus e o homem, que estipula as condições do relacionamento entre as partes.”³

Deus se fez conhecido na relação pactual buscando um povo como sua possessão exclusiva. De fato, toda a teologia reformada tem seu núcleo central na teologia da aliança. Do início ao fim, a Escritura Sagrada mostra que Deus estabeleceu relacionamentos com os homens através de pactos. A noção de aliança é um dos conceitos-chave da Bíblia, os Pais da Igreja utilizaram a palavra latina *testamentum* para se referir às duas alianças da Bíblia: a antiga aliança entre Deus

²BERKHOF, Louis. *Teologia sistemática*, ed. 3ª. São Paulo: Cultura Cristã, 2009, p. 502.

³GRUDEM, Wayne A. *Teologia sistemática*, São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 425.

e Israel (Êx 19.5) e a nova aliança de Jeremias 31.31-34, que foi mediada por Jesus para a igreja (Hb 8.1-13).

Deus estabeleceu um pacto com seu povo lançando mão de mediadores a começar com Adão (Gn 3.14-21), sendo sucessivamente renovado ou restabelecido ao longo da história da redenção com Noé (Gn. 9.1-17), Abraão (Gn 15.12-21), Moisés (Êx 24.1-8) e Davi (2Sm 7.1-17). Todas essas alianças apontavam para um pacto perfeito e definitivo, celebrado por meio de Jesus, pacto do qual ele é o Deus Filho, o mediador homem e a própria vítima pactual cujo sangue foi vertido para aplacar a ira de Deus. O reverendo Onézio Figueiredo afirma: “O pacto que Deus fez com cada servo eleito por meio de seu Filho amado foi de caráter irrevogável. A permanência dos eleitos no pacto é providência divina, sendo os sacramentos e a Palavra meios e forças alimentadores e sustentadores indispensáveis.”⁴

A Bíblia diz em 2Timóteo 2.19: “Entretanto, o firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo: o Senhor conhece os que lhe pertencem”. Jeremias 31.3, por sua vez, diz: “De longe se me deixou ver o Senhor, dizendo: com amor eterno eu te amei; por isso, com benignidade te atraí.” A expressão “conhecer” significa conhecimento em aliança. Os termos bíblicos para conhecer, tanto no Antigo como no Novo Testamento, abrangem diversas dimensões. Não se trata somente do aspecto intelectual, mas compreende também o sentimento e o querer: “expressam uma relação pessoal entre o que conhece e o que é conhecido.”⁵

Portanto, a doutrina da Perseverança dos Santos faz parte do Pacto de Deus. O teólogo reformado anglicano James I. Packer resume bem a relação pactual de Deus, ao escrever que:

“A estrutura da aliança compreende a inteira administração da graça soberana de Deus. O ministério celestial de Cristo continua a ser o de Mediador de uma nova aliança (Hb 12.24). A Salvação é a salvação da aliança; a justificação, a adoção, a regeneração e a santificação são as misericórdias da aliança; a eleição foi a escolha que Deus fez dos futuros membros da comunidade de sua aliança, a Igreja; o batismo e a Ceia do Senhor, correspondendo à circuncisão e à Páscoa,

⁴FIGUEIREDO, Onézio. *Confissão de fé de westminster: texto e comentário*, p. 52.

⁵VERBRUGGE, Verlyn D. *Novo dicionário internacional de teologia do novo testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2018, p. 398.

são ordenanças da aliança; a lei de Deus é a lei da aliança, e sua observância é a expressão mais verdadeira de gratidão pela aliança da graça e de lealdade ao nosso Deus da aliança. Pactuar com Deus em resposta à sua aliança conosco deve constituir um exercício devocional regular para todos os crentes, seja na privacidade ou na Mesa do Senhor. Uma compreensão da aliança da graça guia-nos do começo ao fim e ajuda-nos a apreciar as maravilhas do amor salvífico de Deus.”⁶

A aliança da graça constitui o âmago da soteriologia reformada e afirma que a salvação, quer no Antigo quer no Novo Testamento, é pela graça somente mediante a fé em Jesus Cristo. A doutrina reformada histórica ensina que Deus tem um povo que é representado pelos crentes da era do Antigo Testamento e do Novo Testamento, para o qual ele tem um plano EM todas as eras desde Adão: reunir esse povo em um só corpo. As Escrituras afirmam nitidamente que não há mais distinção entre judeus e gentios perante o Senhor. “Não há diferença entre judeus e gentios, pois o mesmo Senhor é Senhor de todos e abençoa ricamente todos os que o invocam” (Rm 10.12; veja Cl 3.11).

A perseverança até o fim é uma condição da aliança da graça. Consequentemente, se como condição da aliança a perseverança também é uma condição da justificação, então nenhuma pessoa pode ser justificada enquanto está neste mundo.

“Pois” — afirmou John Owen —, “uma condição suspende a existência de algo até que se satisfaça a condição necessária para sua existência”. Como consequência, ele não equaciona o ingresso na nova aliança com a justificação nem torna a salvação coextensiva com a justificação. A perseverança — a promessa de que aqueles que são eficazmente feitos participantes da aliança da graça perseverarão até o fim — também é uma bênção da aliança da graça.⁷

CONCLUSÃO

Portanto, encontra-se nas Escrituras Sagradas o plano da redenção que toma a forma de um pacto, não só entre Deus e o seu povo, como também entre as várias

⁶PACKER, J. I. *Teologia concisa*, São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 82-83.

⁷BEEKE; Joel R.; JONES, Mark. *Teologia puritana: doutrina para vida*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 706.

Pessoas dentro da Trindade, de maneira que há, por assim dizer, uma divisão de tarefas, cada Pessoa tomando, voluntariamente, determinada fase da obra.

Ao Pai atribui-se, em primeiro lugar, a obra da Criação, assim como a eleição de certo número de indivíduos que ele deu ao Filho. Ao filho atribui-se a obra da Redenção, para o cumprimento da qual se encarnou, tomando a natureza humana, de forma que, como representante de seus eleitos, assume a culpa do seu pecado para resgatá-los da morte. Ao Espírito Santo são atribuídas as obras de Regeneração e de Santificação, ou a aplicação aos corações dos indivíduos da expiação objetiva que Cristo realizou. Ele faz isto renovando espiritualmente os corações, operando neles a fé e o arrependimento. E glorificando-os finalmente no céu.

A redenção é, pois, um assunto da graça soberana, planejada antes da fundação do mundo, apresentada na forma de um pacto ou aliança. Não é um plano departamentalizado, dispencionalizado ou repartido, mas é uma ação global que envolve toda a Pessoa da Trindade. Ela é planejada pelo Pai, comprada pelo Filho, e aplicada pelo Espírito Santo.

O conhecimento que Deus tem do seu povo nas Escrituras implica um relacionamento especial de escolha por amor (Gn 18.19). Romanos 8.29 e 11.2 (conforme 1Pedro 1.2, 20) indicam não só o conhecimento antecipado que Deus tem, mas também a escolha antecipada que Deus faz do seu povo. Pecadores só escolhem a Cristo porque Deus os escolheu primeiro e levou-os a essa escolha pela renovação de seu coração mediante a graça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEEKE, Joel R.; JONES, Mark. *Teologia puritana: doutrina para vida*. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- BERKHOF, Louis. *Teologia sistemática*. ed. 3ª. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- BROWN, Colin (Org.) *Novo dicionário internacional de teologia do novo testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2018.
- FIGUEIREDO, Onézio. *Confissão de fé de westminster: texto e comentário*. São Paulo: Edição do autor, [s.d.].
- GRUDEM, Wayne A. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- PACKER, J. I. *Teologia concisa*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.



Isaias Lobão

Sobre o autor

Professor do Instituto Federal do Tocantins. Mestre em teologia pela Faculdade EST. Especialista em Gestão Pública (Faculdade Metropolitana de São Paulo), docência do Ensino Superior (Faculdade Albert Einstein). Bacharel e Licenciado em História (UnB). Bacharel em teologia (Faculdade Cristã Evangélica do Planalto). Liderança em Ministério de Juventude. Escola de Liderança e Ministério (ELIM) Belo Horizonte - MG. É presbiteriano. Pesquisador do GP-GIM. Grupo de Pesquisa em Gestão, Inovação e Mercados do Instituto Federal de Goiás, Grupo TRADIC - Traduzindo Identidade e Cultura CNPq/UFC (Universidade Federal do Ceará) e do Middle Persian Studies. Membro da Society of Biblical Literature (SBL) e da World Reformed Fellowship (WRF). Alumni da Summer School 2019 do Instituto Mises Brasil. Casado com Talita é pai da Ana Clara e do Daniel.

QUAL O MOMENTO DO BATISMO COM O ESPÍRITO SANTO?

Thiago Vieira



Pentecostes (Juan Bautista Maino, c. 1612-1614)

Cresci ouvindo o tradicional apelo, especialmente em retiros, “quem quer ser batizado com o Espírito Santo, venha à frente”. Algumas vezes eu fui, até que um dia percebi que já era batizado com o Espírito Santo, mesmo que eu não falasse em línguas estranhas. Antes de qualquer coisa, preciso salientar a importância fundamental na crença viva no Espírito Santo e na sua livre atuação. O Espírito Santo é uma das pessoas da Trindade e é basilar para a fé cristã. Nosso único ponto de discussão neste breve ensaio será quanto ao momento em que o recebemos e, absolutamente, nada mais.

Então, afinal de contas, podemos ser batizados com o Espírito Santo? E, se sim, quando ocorre? Evidentemente que não temos a pretensão de sermos paladinos da verdade, então nossas conclusões não são absolutas. O fato é que os textos das Sagradas Escrituras possuem apenas uma interpretação. Desta forma, o problema sempre está no exegeta, ou seja, em nós mesmos. Nossa oração é para que Deus nos capacite e nossa exegese se aproxime daquela pretendida pelo Espírito.

Respondendo à pergunta: sim, mais que podemos, somos todos batizados com o Espírito Santo, tão logo somos alcançados pela superabundante graça, por

intermédio de Cristo Jesus — pelo menos esta é a minha crença fundamentada na exegese que segue. Quando nascemos de novo e somos inseridos na família cristã, recebemos o selo, a marca da Trindade. Esta marca é o batismo com o Espírito Santo. Somos regenerados com o Espírito Santo e separados por Cristo. O batismo não é *pelo*, mas é *com*. Quem nos batiza com o Espírito é o próprio Cristo, como João Batista ensinava e consta nos registros do Evangelho de Mateus: “Eu os batizo com água para arrependimento. Mas depois de mim vem alguém mais poderoso do que eu, tanto que não sou digno nem de levar as suas sandálias. Ele os batizará com o Espírito Santo e com fogo” (3.11).

É o batismo com o Espírito Santo que nos une ao corpo místico de Cristo e da Igreja. Colocar o batismo em outro momento distinto da conversão é (com o devido respeito) um anacronismo: somos convertidos, todavia não pertencemos ao corpo de Cristo? A carta paulina aos Efésios deixa claro que o batismo com o Espírito Santo é o penhor da nossa herança e o selo desta promessa: “Em quem também vós estais, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação; e, tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa; o qual é o penhor da nossa herança, para redenção da possessão adquirida, para louvor da sua glória” (1.13,14). E a primeira carta de Pedro afirma que somos propriedade exclusiva de Deus e um povo separado do mundo: “Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anunciéis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (2.9).

Jesus Cristo é quem nos batiza com o Espírito Santo quando de nossa conversão para que possamos, por meio dele, ser guiados em toda a verdade e convencidos dos nossos pecados para arrependimento e salvação de nossas almas (Jo 16. 7-9 e 13; Mt 1, 21), porque todos pecamos e necessitamos de um encontro pessoal e real com Jesus Cristo, pois nele há salvação e perdão de pecados (Rm 3.23,6.23,e Ef1.7). É por meio da ação do Espírito Santo que compreendemos as verdades de Deus revelada nas Escrituras. Se não somos batizados com o Espírito quando da conversão, como podemos compreender a revelação geral de Deus aos homens? Não podemos, é ele que nos guia e permite nosso entendimento e compreensão. Vejam o que Paulo fala em sua primeira carta aos Coríntios, sobre os dons espirituais: “Portanto, vos quero fazer compreender que ninguém que fala pelo Espírito de Deus diz: Jesus é anátema, e ninguém pode dizer que

Jesus é o Senhor, senão pelo Espírito Santo” (12.3). Somente podemos dizer (e compreender sua dimensão) que Jesus é o nosso Senhor, por meio do Espírito Santo que testifica esta verdade em nós! Quem é convertido e não foi batizado com o Espírito não pode dizer e/ou compreender isto? Evidente anacronismo.

Outro anacronismo consequente da crença que o batismo com o Espírito Santo acontece em outro momento, como uma segunda bênção, é a diferenciação das pessoas no corpo de Cristo. Para Deus não há acepção de pessoas, todos pecamos e necessitamos da graça divina (Rm 2.11-13 e At 10.34), como seria então um corpo em que alguns convertidos possuem o selo da promessa e outros ainda não?! Ou alguns são “melhores” porque possuem o selo, enquanto outros são mais fracos ou piores, porque não conseguem o selo. Esta interpretação gera ansiedade, tristeza, baixa autoestima e, não poucas vezes, depressão. Será esta a vontade do Espírito Santo? Creio que não. Contudo, o leitor pode agora estar pensando: “e as passagens de Atos?” Bem, vamos a elas.

ATOS 8.14-17: OS SAMARITANOS¹

Em primeiro lugar, é importante destacar que, nesta passagem, os samaritanos já eram convertidos. De outra banda, o texto indica a surpresa do provável autor do livro de Atos, Lucas, pelo fato dos samaritanos receberem o batismo pelo Espírito em momento diverso do batismo das águas (depois). O espanto é verificável nas expressões “somente” e “ainda”², e esta surpresa se dá exatamente pelo fato de que o Espírito completa o ato batismal, sendo o fato descrito na passagem a exceção à regra.

Outro aspecto importantíssimo, muitas vezes deixado de lado, é o fato de que o povo judeu e o samaritano possuíam uma rixa antiga e apenas um fato como este (recebimento do Espírito), testemunhado pelos apóstolos de Cristo,

¹Recomendo entusiasticamente o artigo de Alexandre Teixeira Vieira intitulado “O Batismo no Espírito Santo Conforme o Livro de Atos”. Ele foi a referência bibliográfica para estas passagens de Atos. VIEIRA, Alexandre Teixeira. *O batismo no Espírito Santo conforme o livro de Atos*. Igreja Luterana. Revista Semestral de Teologia/Seminário Concórdia, Volume 74, nov/2019, número 2. Disponível em: http://www.seminarioconcordia.com.br/seminario_novo/media/attachments/2018/07/11/revista-luterana-2015-2.pdf

²O normal seria que, ao serem batizados, todos recebessem o Espírito Santo, mas os samaritanos **somente estavam batizados; o Espírito ainda não** havia caído sobre nenhum deles.

Pedro e João, poderia impedir um cisma logo no início da formação da Igreja. Ensina Michael Green que “Judeus e Samaritanos eram inimigos implacáveis, e isso havia séculos”³, o que é confirmado pela fonte primária, o historiador que viveu na época de Cristo, Flávio Josefo:

“Esses novos habitantes da Samaria, [...] eram de cinco nações diferentes, que tinham cada uma um deus particular e eles continuaram a adorá-los, como faziam em seu país. [...] Esses povos, que os gregos chamam de samaritanos, continuam ainda hoje na mesma religião. Mas eles mudam com relação a nós, segundo a diversidade dos tempos, pois, quando a nossa situação é boa, eles protestam que nos consideram como irmãos, porque sendo uns e outros descendentes de José, nós temos nossa origem de um mesmo ramo. Quando a sorte nos é contrária, eles dizem que não nos conhecem e que não são obrigados a nos amar, pois tendo vindo de um país tão afastado para se estabelecer naquele em que habitam, nada têm de comum conosco.”⁴

Ou seja, se não houvesse um testemunho ocular pelos próprios apóstolos, que possuíam credibilidade dentro da Igreja que estava nascendo, provavelmente os samaritanos não seriam reconhecidos como parte da Igreja de Cristo e, logo no nascedouro, teríamos um enorme cisma, o que prejudicaria o próprio avanço do evangelho. Também não podemos esquecer das palavras do Cristo ressurreto em Atos 1.8: “Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e **Samaria**, e até aos confins da terra” (grifo nosso). Tratava-se de uma ordem imperativa de Cristo: ser testemunha do recebimento (batismo) do Espírito Santo em Samaria. E, assim foi.

“Se o Espírito Santo tivesse sido concedido imediatamente por meio da profissão de fé e batismo aos samaritanos, esse antigo cisma poderia ter continuado e teria havido duas igrejas sem comunhão uma com a outra. Atos 15 mostra

³GREEN, Michael. *Baptism: It's Purpose, Practice & Power*. Downers Grove: Inter-Varsity, 1987, p. 131-132.

⁴JOSEFO, Flavio. *História dos Hebreus*. Traduzido por Padre Vicente Pedroso. São Paulo: Editora das Américas, [S.d.]. v.3. p. 219-220.

como uma ruptura decisiva entre o cristianismo judeu e gentílico foi cuidadosamente evitada pelos primeiros cristãos. Atos 8 parece salientar que uma cisão semelhantemente desastrosa foi evitada em Samaria. Deus não concedeu seu Espírito Santo (ou, talvez, a manifestação sobrenatural do Espírito em línguas e profecia?) aos samaritanos imediatamente: não até que representantes de Jerusalém desceram e expressaram sua unidade com os neófitos através da oração por eles e impondo suas mãos sobre eles. Depois disso eles receberam o Espírito; [...] Isto não foi tanto uma autorização de Jerusalém ou uma extensão da igreja de Jerusalém, quanto um veto divino no cisma da igreja ainda não desenvolvida, um cisma que poderia ter passado quase despercebido na comunidade de cristã, tendo os convertidos dos dois lados da ‘cortina samaritana’ encontrado Cristo sem encontrarem uns aos outros.”⁵

ATOS 10.44-48: O PENTECOSTES DOS GENTIOS

Nesta passagem bíblica ocorre exatamente o inverso da primeira: o Espírito Santo desce aos gentios antes mesmo de serem batizados nas águas. Esta passagem, assim como a do capítulo 8.14-17, demonstra o pensamento dos apóstolos e de toda igreja primitiva de que o batismo nas águas e o dom do Espírito Santo estão intimamente ligados.

Alguns versículos antes desta passagem, especificamente o v. 28a diz: “E disse-lhes: Vós bem sabeis que não é lícito a um homem judeu ajuntar-se ou chegar-se a estrangeiros”, ou seja, os judeus não podiam nem ao menos reunir-se ou associar-se a um não judeu. Desta forma, mesmo com diversas ordens expressas de Jesus, como um judeu poderia considerar um gentio seu irmão? Apenas de maneira sobrenatural, testemunhado por um dos apóstolos, o preconceito poderia ser removido e, novamente (como no caso dos samaritanos), a Igreja que estava nascendo não teria sua unidade quebrada. Ensina Alexandre Vieira:

“O episódio em Cesareia, conhecido como o “pentecostes gentílico”, deve ser encarado como uma exceção à regra também pelo fato de ser “a única ocasião na qual o derramamento do Espírito precedeu o batismo”. E isto aconteceu, como vimos, para que fosse removido todo preconceito e exclusivismo de dentro do

⁵GREEN, Michael. *I believe in the Holy Spirit*. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1975. p. 167-16.

povo de Deus, a fim de que pela aceitação dos gentios a Igreja se tornasse verdadeiramente universal. Atos 10, além de outras coisas, nos ensina a belíssima verdade de que a incorporação dos gentios à Igreja sem submetê-los à lei não foi uma iniciativa de Paulo, nem de Pedro, mas do próprio Deus.”⁶

ATOS 19. 1-6: OS DISCÍPULOS EFÉSIOS

Os discípulos efésios eram propriamente discípulos de quem? A passagem bíblica demonstra que Paulo tinha esta dúvida quando pergunta “Recebeste o Espírito Santo ‘quando crestes?’” A verdade é que tais discípulos ainda estavam “no meio do caminho” para se tornarem discípulos de Cristo, pois apenas tinham sido batizados no batismo de João Batista e não sabiam que o Espírito Santo já estava presente, ou seja, eles eram crentes da velha aliança e não da nova. Assim, os discípulos efésios não eram cristão genuínos, tornaram-se apenas quando “receberam o batismo cristão juntamente com o dom do Espírito”.

“Por isso, quando informado de que aqueles efésios não tinham recebido o Espírito Santo, Paulo simplesmente pergunta (v. 3): ‘Em que, pois, fostes batizados?’ Paulo pensou que se eles não tinham o Espírito Santo, a causa provável era um batismo diferente daquele ‘em nome de Jesus’. E ele estava certo. Diagnosticado o erro, o apóstolo Paulo imediatamente lhes falou a respeito da fé em Jesus. Depois disso o texto diz que eles foram batizados e, na sequência, receberam o Espírito Santo.”⁷

Como percebemos, os referidos textos em Atos não trazem outra mensagem senão a intenção de nosso Deus de que sua palavra seja levada a toda criatura, não obstante preconceitos de raça ou etnia (caso samaritanos e gentios) ou pela falta de conhecimento (caso discípulos efésios). Quando Jesus ascendeu aos céus, ele ordenou que fôssemos suas testemunhas tanto em Jerusalém, como em toda a Judeia e Samaria e até os confins da Terra. As passagens demonstram o trabalho do Espírito Santo em unir a Igreja que estava nascendo e o cumprimento desta ordem.

Para arrematar quaisquer dúvidas, Paulo, ao falar sobre os dons do Espírito Santo, sentencia: **“Pois todos nós fomos batizados em um Espírito,** formando

⁶VIEIRA, op. cit., p. 49.

⁷VIEIRA, op. cit., p. 53.

um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito” (1Co 12.13, grifo nosso). Pois todos somos batizados *em um Espírito!* Você tem certeza de salvação? Se sim, você faz parte do corpo místico de Cristo e é batizado com o Espírito Santo. Por isso, glorifique de pé! E, quem sabe, se for da vontade de Deus, você falará em línguas estranhas! Deus o abençoe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GREEN, Michael. *Baptism: Its Purpose, Practice & Power*. Downers Grove: Inter-Varsity, 1987.
- GREEN, Michael. *I believe in the Holy Spirit*. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1975.
- JOSEFO, Flavio. *História dos Hebreus*. Traduzido por Padre Vicente Pedroso. São Paulo: Editora das Américas, [S.d.]. v.3.
- VIEIRA, Alexandre Teixeira. *O batismo no Espírito Santo conforme o livro de Atos*. Igreja Luterana – Revista Semestral de Teologia / Seminário Concórdia, Volume 74, nov/2019, número 2



Thiago Rafael Vieira

Sobre o autor

Advogado; especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; especialista em Estado Constitucional e Liberdade Religiosa pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com estudos pela Universidade de Oxford (Regent’s Park College) e pela Universidade de Coimbra; especialista em Teologia e Bíblia pela Universidade

Luterana do Brasil (ULBRA); mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor visitante da ULBRA. Membro do Conselho Editorial da Dignitas - Revista Internacional do Instituto Brasileiro de Direito e Religião. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião - IBDR. Colunista da Gazeta do Povo e outras revistas e sites. Presidente do sub-comitê da rede de apoio das entidades temáticas em Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa da ALESP. Em 2019, foi um dos delegados do Brasil na Universidade de Brigham Young (Utah/EUA) no 26º Simpósio Anual de Direito Internacional e Religião, evento com mais de 60 países representados

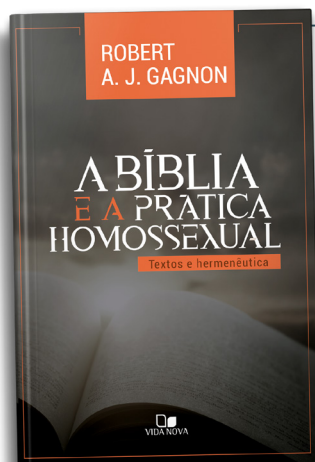
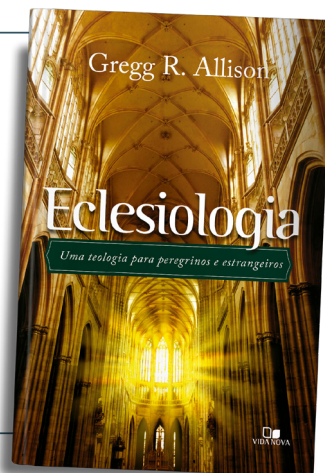
Lançamentos

Eclesiologia

Uma teologia para peregrinos e estrangeiros

Gregg R. Allison | 16x23 cm | 560 p.

Essa é uma pergunta difícil, e até mesmo cristãos podem respondê-la de diferentes maneiras e perspectivas. Em *Eclesiologia: uma teologia para peregrinos e estrangeiros*, Gregg Allison sintetiza o que as Escrituras afirmam a respeito do povo da nova aliança e monta um quadro completo da igreja bíblica: sua identidade e características, seu crescimento por meio da pureza, da unidade e da disciplina, seus ofícios e estruturas de liderança, suas ordenanças: o batismo e a ceia do Senhor e seus ministérios.



A Bíblia e a prática homossexual

Textos e hermenêutica

Robert A. J. Gagnon | 16x23 cm | 544 p.

A mais completa análise feita até hoje dos textos bíblicos relacionados à homossexualidade.

Robert Gagnon estabelece um diálogo rigoroso com estudiosos da Bíblia e historiadores que se posicionam contra ou a favor da relação homossexual. Além disso, Gagnon também demonstra sistematicamente por que as tentativas de classificar a posição conservadora cristã em relação à homossexualidade como inaplicável aos dias de hoje não fazem justiça aos textos bíblicos. Suas conclusões são claras e compassivas, pois adverte os leitores de todos os lados do debate contra um evangelho mutilado, desafiando-nos a uma visão holística do mandamento de amar a Deus e ao próximo.

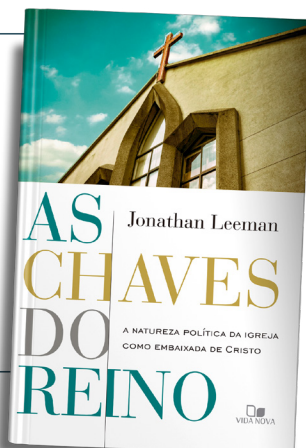
As chaves do reino

A natureza política da igreja como embaixada de Cristo

Jonathan Leeman | 16x23 cm | 416 p.

A IGREJA É UMA EMBAIXADA DE CRISTO DE NATUREZA POLÍTICA.

Por anos, teólogos vêm debatendo essa afirmação, sejam eles agostinianos, anabatistas, neocalvinistas, adeptos da teologia da libertação ou da ortodoxia radical. Mas o que queremos dizer com *natureza política*? Quais os limites do alcance político da igreja? Qual a natureza da igreja como instituição política?



O Messias no Antigo Testamento - Série estudos sobre a teologia bíblica do Antigo Testamento

Walter C. Kaiser Jr. | 16x23 cm | 224 p.

"O que é um 'cristão'?", perguntou James H. Charlesworth. E respondeu:

"A maioria das pessoas responderia: quem acredita que Jesus de Nazaré era o 'Cristo' que os judeus estavam à espera. Muitos cristãos, judeus e a maioria dos cidadãos do mundo moderno tenderia a concordar com essa definição. No entanto, ela é equivocada e, na verdade, inexata", continuou Charlesworth, "[porque] assume três coisas: (1) que o título 'Cristo' categoriza totalmente Jesus; (2) que os cristãos estão claramente de acordo com o que esse título, 'Cristo', denota; e (3) que todos judeus, ou praticamente todos eles, aguardavam a vinda do Messias ou Cristo durante o tempo de Jesus".

Este estudo do conceito do Messias no Antigo Testamento tentará mostrar que "a maioria das pessoas", de acordo com a estimativa de Charlesworth, não está longe dessa definição, se é que de alguma forma elas estão longe dela.



12º CONGRESSO DE TEOLOGIA VIDA NOVA



22 A 26 DE MARÇO | 2021

EVENTO
ONLINE



O RESGATE DA ECLESIOLOGIA:
PREPARANDO A IGREJA PARA OS
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

**INVESTIMENTO
R\$ 80,00**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

vidanova.com.br
congresso@vidanova.com.br